

A CIÊNCIA DA SOCIOLOGIA E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA MODERNA SOBRE A SOCIOLOGIA CLÁSSICA, POR MEIO DA CRIAÇÃO DO MÉTODO CIENTÍFICO.

THE SCIENCE OF SOCIOLOGY AND THE PHILOSOPHY OF SCIENCE: THE INFLUENCE OF MODERN PHILOSOPHY ON CLASSICAL SOCIOLOGY, THROUGH THE CREATION OF THE SCIENTIFIC METHOD.

Pedro André de Sousa Peixoto¹
pedroaspeixoto92@gmail.com

Patriana de Souza Santos Cabral²
patrianasouzacabral@gamil.com

RESUMO

O artigo produz um sintético percurso da Filosofia durante a Modernidade na busca pelo conhecimento verdadeiro, o que culmina na elaboração do método científico. São apontadas algumas características deste método, filho da Filosofia Moderna, como seu caráter racionalista, materialista, fenomenológico, empírico e indutivo. Em seguida, é proposto um conceito para Sociologia: uma ciência que estuda a sociedade, sua dinâmica e funcionamento. Aborda o nascimento da disciplina no século XIX fruto do espanto intelectual gerado pelas patentes mudanças sociais na Europa ocidental que vivia então a 2ª Revolução Industrial. Apresenta a Sociologia como ciência social que emerge utilizando-se do método científico de análise e produção do conhecimento. Tratando-se do início da disciplina, aborda a Sociologia clássica representada por Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx expondo alguns de seus princípios e métodos influenciados pelo método científico, bem como a influência das formulações da Filosofia Moderna sobre estes. Conecta-se assim a ciência sociológica à Filosofia Moderna por meio do método científico.

Palavras-chave: Sociologia clássica; Filosofia Moderna; Método científico.

ABSTRACT

The article produces a synthetic journey of Philosophy during Modernity in the search for true knowledge, which culminates in the elaboration of the scientific method. Some characteristics of this method, son of Modern Philosophy, are pointed out, such as its rationalist, materialistic, phenomenological, empirical and inductive character. Then, a concept for Sociology is proposed: a science that studies society, its dynamics and functioning. It addresses the birth of discipline in the 19th century as a result of the intellectual astonishment generated by the patent social changes in Western Europe, which was experiencing the 2nd Industrial Revolution at the time. It presents Sociology as a social science that emerges using the scientific method of analysis and production of knowledge. When it comes to the beginning of the discipline, it addresses classical Sociology represented by Émile Durkheim, Max Weber and Karl Marx, exposing some of its principles and

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

² Mestranda em Ciências da Educação pelo Instituto de Educación Superior Kyre'y Saso, Paraguai.

methods influenced by the scientific method, as well as the influence of Modern Philosophy formulations on them. Thus, sociological science is connected to Modern philosophy through the scientific method.

Keywords: Classical Sociology; Modern Philosophy; Scientific method.

INTRODUÇÃO

Em qualquer período e lugar, para quem não desfruta o privilégio de compor a elite econômica de sua comunidade a vida material sempre “poderia ser melhor”. Nos séculos XVIII e XIX, caso não se gozasse tal privilégio, potencialmente, um dos piores lugares do mundo para se viver era Londres. Relatos apontam que a cidade fedia ao pior cheiro possível: o de pessoas apodrecendo... A cidade superpovoada vivia surtos de cólera, alto índice de violência, roubos, assassinatos e penas de morte executadas com uma facilidade estranha aos dias de hoje na própria Londres (THE PEOPLES’S PREACHER, 2010; JUNIOR, 2010).

Os dramas, misérias, paixões, conflitos, acordos, tudo o que é possível somente em meio às relações entre os indivíduos era percebido patentemente. Tudo isso acontecendo num mundo que sempre esteve em transformação, mas a partir de então, cada vez mais e mais rápida (HOBSBAWM, 2012). As principais cidades europeias, como Paris, seguiam o ritmo londrino. A vida das pessoas, para o bem ou para o mal, pulsava com força e velocidade jamais vistas em toda a história (HUGO, 2014; HOBSBAWM, 2012). Atualmente Londres é um dos principais cartões postais da Europa, visitado todos os anos por milhares de turistas e, ainda que não se faça parte da elite londrina, somente o viver na cidade pode significar *status* a nível global.

Podemos dizer que o pulsar mais acelerado da sociedade europeia ocidental, à época da segunda revolução industrial, seu grito mais alto que em outros tempos vinha chamando atenção de muitos, inclusive de pensadores que praticavam verdadeiros esforços intelectuais no intento de compreender e explicar sua sociedade moderna. Foi justamente nesse contexto que o século XIX viu o emergir das ciências sociais, a invenção da Sociologia. A novidade trazida, não pelos filósofos da *pólis* ou pelos contratualistas, mas pelos agora cientistas sociais que aspiravam produzir um conhecimento superior aos

do senso comum ou mesmo das reflexões pessoais e geniais, foi o emprego de um método para analisar a sociedade, o método científico.

O método científico, que é a substância da Ciência Moderna tem uma longa e complexa história de desenvolvimento que perpassa toda a Modernidade. No século XIX, um longo trajeto já havia sido por ele percorrido, tendo seus pés sólida força e confiabilidade social a ponto de quem aspirava produzir conhecimentos confiáveis, e para tal, sistemáticos e metódicos, recorria ao seu emprego.

O “longo trajeto” que culmina na proclamação do poder do método científico em ser reconhecido como fonte de conhecimento legítimo, superior, é aberto e percorrido pela Filosofia ao longo da Modernidade. Claro, olhar para o desenvolvimento da Filosofia na modernidade, uma história das ideias, de longa duração, com rupturas e continuidades, uma história com muitas histórias, abarcadora de diversos campos: social, econômico, político, cultural é uma atividade colossal e inesgotável (ROSSI, 1992). Também por isso, nossa atual consciência histórica permite que seja selecionado para análise um âmbito dessa grande história, o que poderá contribuir com o arcabouço de conhecimentos sobre essa.

Assim sendo, este artigo deverá trazer uma síntese histórica de alguns princípios que construíram e constituem a Ciência Moderna. Princípios que norteiam a mentalidade científica como o racionalismo, naturalismo e materialismo e, princípios norteadores de suas práticas como o empirismo (enquanto práticas de simulação e observação) e o indutivismo (enquanto prática de repetição de fenômenos).

Será exposto que após o método científico se desenvolver tendo como objeto de estudo o *cosmos*, a *physis*, ou o mundo natural, houve um desdobramento do objeto de estudo, sendo, a partir de então, cada vez mais observada a sociedade, a cultura. Outrossim, os mesmos princípios de análise da realidade natural foram empregados pelas chamadas ciências sociais, principalmente nas primeiras gerações de estudiosos, como August Comte e os três sociólogos clássicos. E, somente com o seu trabalho, em especial o de Weber, pode-se desenvolver com o tempo, princípios próprios dessa (*sozialwissenschaften*) ciência social. Ainda, além de trabalhar um conceito de Sociologia, serão apontados princípios científicos empregados pelos três clássicos em

suas obras, o uso que estes fizeram de métodos embasados em tais princípios, apontando a influência do método científico criado pela Filosofia Moderna sobre a Sociologia.

DA FILOSOFIA MODERNA E DO MÉTODO CIENTÍFICO

Se não se pode compreender toda a Sociologia num único texto ainda que seja uma ciência recente, sendo escolhido nesse caso, tratar de alguns pontos da Sociologia clássica, o que se dirá então da Filosofia e sua produção colossal ao longo de mais de dois mil anos, que ajudaram a formar o mundo ocidental? Tratando-se da preocupação e esforço filosófico na busca pela verdade, ou pelo conhecimento verdadeiro, ramo chamado de epistemologia “área da Filosofia que busca estabelecer os fundamentos e os critérios para a verdade. Seja científica, seja filosófica” (KRAEMER, STAMM, 2009, p. 76). Eis o alvo da Filosofia ao longo de toda sua história nos momentos mais distintos, dos pré-socráticos (século VII a.C.) aos filósofos da ciência como Karl Popper (1902-94). Essa busca passa, por exemplo, por Platão (séculos V-IV a.C.) e a Patrística (séculos II-VII), por Aristóteles (século IV a.C.) e a Escolástica (séculos IX-XVI), à Filosofia dos Modernos (séculos XV-XVIII). Esta última é alvo desta síntese, pois foi a criadora da Ciência Moderna como se conhece hoje, institucionalizada em universidades, hospitais, nos governos, bancos, empresas, esportes, nos interiores das casas, na vida da sociedade. Ora bancada pelo Estado, ora pela iniciativa privada, ela conquistou o poder de possuir a legitimidade monopolizante na determinação e no discurso de o que é verdade, ou oficialmente, o que é mais confiável e possível.

A Modernidade que é marcada especialmente pelo lento processo de encerramento da Idade Média, suas características vão sendo extintas e substituídas gradualmente por novas, algumas delas serão exemplificadas quando tratado do nascimento da Sociologia. No campo intelectual, o conhecimento filosófico estava intimamente conectado com a doutrina cristã, estruturada pelo catolicismo que norteava o pensamento europeu desde o início da Idade Média (século V) (REALE, ANTICERI, 2003, p. 119 - 333). A Escolástica era a doutrina filosófica proeminente no fim do medievo, encabeçada pelo pensamento de Tomás de Aquino (1225-74), que unira a Teologia Cristã à obra de Aristóteles, unindo a Teologia revelacional à Teologia Natural.

A Teologia revelacional cria na necessidade de que algo, ou alguém iluminasse o homem para que este chegasse à verdade, não sendo possível ao ser humano alcançá-la somente por meio de suas capacidades. Enquanto Platão, muito antes, cria ser o Bem Supremo a fazê-lo, Agostinho (354-430), apropriando-se de suas ideias, cria ser Deus, aquele quem iluminaria o homem para este chegar à verdade, cuja essência seria o próprio Deus. Já a Teologia Natural refletia, dentre outras coisas, nos limites e possibilidades de se chegar ao conhecimento verdadeiro sem necessidade de revelação especial, mas tão somente por meio da razão, interna ao homem e dada por Deus a todos para alcançarem conhecimentos verdadeiros. Essa formulação terá grandes consequências futuras, vistas à frente (KRAEMER, STAMM, 2009).

Mudanças emergidas com a Modernidade, como a urbanização, caracterizada por grandes contingentes populacionais, que conduzem a um estilo de vida materialista, imediatista, individualista, anônimo e mais livre da vigilância religiosa, conectam-se à fatores como a ascensão do Absolutismo e principalmente a Reforma Protestante do século XVI. Esses movimentos vão minando o poder absoluto do Cristianismo institucionalizado, em especial católico sobre a vida das pessoas na Europa Ocidental. Na composição do novo cenário europeu, o fator intelectual, se une aos outros citados, por meio da pressuposta brecha da suficiência da razão deixada por Aquino. Pode-se dizer que a partir da Teologia Natural de Aquino, influenciada pelo “materialismo” de Aristóteles, inicia-se um longo processo de emancipação da razão humana quanto à sua suficiência na busca pela verdade em detrimento da necessidade de iluminação exterior para alcançá-la (HILTON *et al.*, 2004; KRAEMER, STAMM, 2009; ROSSI, 1992).

O filósofo francês René Descartes (1596-1650) desenvolveu um método rigoroso para buscar o conhecimento verdadeiro, ou mais seguro. Em seu pensamento “encontram-se os fundamentos filosóficos para a ciência a partir do século XVII até nossos dias” (KRAEMER, STAMM, 2009, p. 62). Por meio da dúvida metódica, ele questiona qualquer conhecimento, até se chegar ao conhecimento mais firme, o qual deve resistir aos questionamentos postos até então. Ele nota que o conhecimento fruto dos sentidos, alcançado pela observação e experimentação do mundo (conhecimento empírico), é claramente limitado e pode até se enganar, sendo falho na busca da verdade e não resistindo ao seu método (REALE, ANTICERI, 2004, p. 288 – 310)

Diferente do empírico é o conhecimento fruto da razão, sobre a qual Descartes, filósofo representante do racionalismo, coloca a primazia na busca pelo conhecimento. Para ele, a razão é o ponto de confiança, o alicerce a partir do qual todo conhecimento deve ser concebido, ela é o caminho que pode conduzir o homem à verdade. Ele demonstra isso na famosa formulação da certeza básica, a ideia ou conhecimento necessariamente verdadeiro: “*cogito, ergo sum*”, penso, logo sou. O racionalista afirma: “Mesmo que eu me engane acerca de todas as outras coisas, tem uma sobre a qual eu não posso me enganar, pois o mesmo engano confirma sua necessária existência: eu penso, logo, eu sou!” (DESCARTES, 1979, p. 23).

Seu pensamento terá elementos tais como a defesa do inatismo, conhecimentos que o homem possui *a priori*, antes de apreender a realidade por meio dos sentidos. Seu método é dedutivo, ou seja, parte-se de conhecimentos gerais, ou universais para a apreensão dos casos individuais, ou conclusões particulares, sendo esse o modelo mais seguro de formulação de ideias desenvolvido pela Filosofia Clássica, especialmente por Aristóteles em sua obra sobre Lógica. No pensamento cartesiano, também é considerada uma lógica regedora do universo, que ordena as ações, visto que o universo possui leis e as obedece (movimentos dos corpos celestes, sistemas digestivos). Entretanto a natureza não poderia, sendo somente matéria pensar tais leis, não poderia criar coisas com sentido sem a capacidade de raciocinar, ou simplesmente, o não raciocínio não pode criar o raciocínio. Pela noção de sentido das coisas, nota-se que a Metafísica, o estudo da realidade suprassensível, não apreendida por via empírica, e que tende a ser superior à realidade física, pois a regeria, faz parte da filosofia cartesiana (DESCARTES, 1979; REALE, ANTICERI, 2004, p. 288 – 310).

O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), autor de “Leviatã” e um dos principais nomes da Ciência Política cria que a origem de todos os pensamentos está nos sentidos, nas sensações que são experimentadas. Igualmente, John Locke (1632-1704), outro filósofo inglês, cria não existirem ideias inatas e que o intelecto humano não poderia criar nenhuma ideia a partir de si mesmo, sem a necessidade prévia de apreensão de algo por meio dos sentidos. Para ele, a experiência seria então a fonte e o limite do intelecto, da razão humana (KRAEMER, STAMM, 2009, p. 67). Por suas formulações, Locke está entre os principais defensores do empirismo, ideia que prima pela experiência para se

conhecer a realidade por meio dos sentidos. Aliado natural do empirismo é o método indutivo, defendido por nomes como do inglês Francis Bacon (1561-1626) que, contrariamente ao método dedutivo, parte da observação de casos particulares, repetidos, para se elaborar conclusões gerais (REALE, ANTICERI, 2004, p. 274 – 282).

Kraemer e Stamm afirmam que Isaac Newton (1643-1727), mecanicista, concorda com o empirismo, por crer que o conhecimento metafísico não pode ser dominado pelo homem, por se tratar de uma inteligência superior (Deus) que organiza o universo. Ao homem, somente seria possível se ater aos conhecimentos postos à vista, que são possíveis serem apreendidos pelos sentidos (2009, p. 68). O empirismo é a base principal, a pedra angular da metodologia científica até hoje. Ele se elabora por meio da observação do mundo físico, naturalmente o único capaz de ser apreendido por meio dos sentidos. Assim, as experiências observadas, ao se repetirem, possibilitam a formulação de leis e hipóteses que as explicam racionalmente, utilizando também postulados e teorias. A diferença entre o mecanicismo de Newton e o empirismo é que o último não concebe previamente uma organização do universo, mas que exclusivamente o conhecimento confiável deve partir do que pode ser observado, limitando-se a isto. Consequentemente, as leis, teorias e postulados não possuem existência independente do universo físico, nem são exteriores a este, mas elas dependem da natureza e de seu movimento natural, sem um propósito metafísico, o qual é desconsiderado por sua inacessibilidade (REALE, ANTICERI, 2004, p. 229 – 246).

O pensamento do germânico Immanuel Kant (1724-1804) cujas obras principais são as *Crítica da Razão Pura* (1781), *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Crítica da faculdade do Juízo* (1790), ajudou a excluir de vez a metafísica da Filosofia Moderna, da qual estavam emergindo princípios metódicos de produção do conhecimento constituintes do método científico. Kant defende que os sentidos e a razão juntos são necessários para que haja conhecimento, em que se excluindo um desses, o conhecimento não é possível. Ele também diferencia conhecimento de pensamento, em que o conhecimento precisa ser de objetos físicos, da natureza, pois só estes são apreendidos pelos sentidos. Já o pensamento tem de ser sobre ideias, sobre totalidades, como o que é o homem, Deus, a liberdade etc. Kant defende que não se pode conhecer adequadamente as ideias, mas somente pensá-las, pois não podem ser experimentadas. Kant não nega a realidade

metafísica, antes nega que esta possa ser conhecida pelo homem, mas somente pensada (KANT, 2001; KRAEMER, STAMM, 2009; REALE, ANTICERI, 2005, p. 347 – 424).

Kant defende ainda que o conhecimento que temos é sempre fenomenológico, ou seja, só se pode conhecer as coisas do modo que elas se apresentam aos sentidos, mas não que se conheçam como elas de fato são. Assim é, pois os sentidos apesar de serem possibilitadores de conhecimento, são limitados, não apreendendo a totalidade da realidade, mas somente algumas partes (KANT, 2001). Kant, no espírito do Iluminismo, defende também que o homem saia da menoridade, que seria o comodismo de permitir que outros indivíduos pensem por ele, lhe digam o que é verdade. Defende que o homem passe à maioridade, que seria o esforço em se utilizar da sua própria inteligência para investigar e explorar as coisas, na busca pelo conhecimento da verdade (KRAEMER, STAMM, 2009; REALE, ANTICERI, 2005, p. 347 – 424).

Após Kant, houve uma cisma epistemológico na Filosofia Moderna com a metafísica, a exceção do Idealismo alemão encabeçado pelo pensamento lógico dialético de G. W. F. Hegel (1770-1831) em que se encontra a metafísica. O movimento que culmina na Ciência Moderna, pode remontar a Tomás de Aquino, influenciado por Aristóteles, com a suficiência da razão na condução do conhecimento da verdade em detrimento da necessidade da divina iluminação e, com o retorno à observação do *cosmos*, a *physis*, natureza. Passa pelo racionalismo de Descartes, com o primado da razão, com o rigor do método dedutivo de pesquisa e a análise racional e quantificada da realidade. Passa pelo empirismo de Locke, na prioridade dos sentidos para apreensão da realidade, na emergência da observação e experimentação da realidade física e no método indutivo de pesquisa de Bacon, aliado à rejeição das ideias consideradas *a priori*. Passa pelo mecanicismo de Newton, que busca causas mecânicas e imediatas dos fenômenos, o “como” acontece em detrimento de “o porquê” mais profundo, além de concordar com o método indutivo. Passa por Kant que afasta para longe a metafísica como possibilidade de obtenção de conhecimento. Resta então o conhecimento fenomenológico, empírico, indutivo da natureza que se dá a ver (ROSSI, 1992; REALE, ANTICERI, 2003; 2004; 2005).

Eis as características fundamentais da moderna Ciência que desistiu de procurar entender a lógica, a ordem, a razão ou um princípio metafísico que explique o universo,

a natureza, a realidade em sua origem, sentido, finalidade, seu valor moral. A ciência se debruça em explicar suas causas mecânicas, imediatas, o como funciona cada parte da realidade espaço temporal. Isso é feito por meio do método indutivo, esperando-se que os inúmeros casos particulares observados em experiências representem padrões gerais, devendo se repetir em todos os casos. O conhecimento é fenomenológico, ou seja, apreende-se a realidade que se dá a ver, não necessariamente o que ela de fato é em si, ou a realidade ontológica (ROSSI, 1992). Quando por acaso a ciência passa desses pontos, não mais está sendo ciência. Se nega categoricamente a realidade metafísica, se crê alcançar o conhecimento ontológico, se proclama a não existência de sentido, contraditoriamente, acaba por adentrar num discurso metafísico, se confunde e se engana. Eis algumas das conhecidas abrangência e possibilidades da ciência, eis alguns de seus limites.

DA SOCIOLOGIA

A sociologia é uma ciência social que faz uma leitura da sociedade, sua dinâmica e funcionamento³. Eis um conceito sintético de o que é Sociologia, o qual, sendo considerado válido, serão observados os seus termos mais detalhadamente.

Quanto a dizer que Sociologia é uma ciência social (*sozialwissenschaften*), como já foi visto, o primeiro termo “ciência” refere-se a um método específico de busca e produção de conhecimento desenvolvido ao longo da Modernidade e Contemporaneidade, entre os séculos XVI e XX, pelo ramo da Filosofia que se debruça na natureza do conhecimento. Esse é pautado, dentre outros princípios, em ser naturalista (no sentido de conceber a realidade predominantemente pela *physis*), fenomenológico, empírico e indutivo (ROSSI, 1992; REALE, ANTICERI, 2003; 2004; 2005).

O termo “social” refere-se especificamente ao seu objeto de estudo: a sociedade. Isso a diferencia das ciências naturais (*naturwissenschaften*), que apesar de terem essencialmente as mesmas características quanto ao método e princípios epistêmicos que os estruturaram, diferem quanto ao objeto alvo de sua atenção. Essa divisão lembra, em

³ Tendo funcionamento não como algo necessariamente harmônico, positivo e benéfico aos seus integrantes, mas simplesmente como algo possível, executável que ocorre no mundo real, mesmo que imbricado de problemas como violências e aparentes injustiças (MAKSENAS, 1988, p. 9).

parte, a separação do pensamento dos filósofos pré-socráticos e dos clássicos. Os primeiros focavam seus estudos na natureza, sendo chamados de filósofos da *physis*, enquanto os últimos focavam no próprio conhecimento e, por conseguinte no homem (KRAEMER, STAMM, 2009).

Quanto a “uma leitura”, nota-se que a Sociologia tem de se apresentar como um meio de estudo específico de seu objeto, sendo constituída por procedimentos próprios, ou como se poderia dizer: lentes próprias para se enxergar o alvo, foco do olhar do sociólogo. Mas o artigo indefinido “uma” lembra que esta disciplina deve se posicionar como consciente de sua impossibilidade de se compreender plenamente seu mui complexo objeto de estudo, bem como da incapacidade de abordá-lo em todas as suas faces. Tal consciência cresceu na medida em que os estudos sociais avançavam, as complexidades do conhecimento de modo geral e as especificidades do saber social foram se apresentando como problemas cada vez mais difíceis de se “dominar”. Isso pode ser notado na obra *Introdução à Sociologia* (1970) do alemão Norbert Elias (1897 - 1990), que em alguns momentos apresenta certa angústia pela consciência de não ser possível dominar plenamente intelectualmente a complexa realidade social material que “vira e mexe” foge às regras explicativas criadas (2008, p. 9 – 29).

Quanto à “sociedade, sua dinâmica e funcionamento” tem-se de início a sociedade, aquele conjunto, agrupamento de indivíduos, que vivem em múltiplas e constantes interações nos mais variados aspectos constituintes da realidade social, como o econômico, político institucional, afetivo, familiar por exemplo. E são justamente as relações sociais que constroem o próprio ser humano, tendo em vista ser este um ser social, ou seja, que revela suas características humanas ao viver em sociedade. Era justamente isso que tinham em mente tanto Aristóteles em sua obra *Política*, ao afirmar que o homem é um (*politikó zóo*) “animal político” e Immanuel Kant ao tratar da insociável sociabilidade dos homens.

Outras ciências sociais como a Antropologia e a Ciência Política também estudam a sociedade e/ou questões intrinsecamente relacionadas a esta. A Antropologia foca na cultura, ou seja, nas produções humanas, materiais e imateriais das diferentes sociedades, enquanto a Ciência Política tem no Estado e, por conseguinte nas relações institucionais, um elemento essencial de seu estudo. É para especificar a maneira que a Sociologia olha

e o que ela busca compreender da sociedade que se detalha o conceito produzido no início: “como um todo, sua dinâmica e funcionamento”. Não necessariamente as produções humanas, nem a história das sociedades, mas as indagações da Sociologia, especialmente em seu início, visam compreender a dinâmica e o funcionamento da sociedade. Como se dão as relações sociais que movimentam a sociedade? Sejam internas, entre indivíduos de um mesmo grupo, ou entre os diferentes grupos sociais, como e por que ocorrem as interações? Quais fatores ocasionam os diferentes arranjos sociais? Quais fazem com que as relações mudem? O que define alguém como pertencente a um grupo? O que o exclui? Fatores, econômicos, políticos, religiosos? Essas perguntas conduzem às especificidades do estudo da Sociologia, bem como aos objetivos que esta deseja alcançar (LAGO, OLIVEIRA, 2010).

A Sociologia nasce no século XIX, fruto da percepção das significativas mudanças que estavam ocorrendo na sociedade europeia, especialmente desde os séculos XVII e XVIII com o advento das revoluções burguesas, mas principalmente a partir da 1ª revolução industrial no século XVIII na Inglaterra e da 2ª no século XIX em várias partes da Europa (SCHEEFER, 2009). Tais mudanças, indicavam a consolidação do modo de produção capitalista. Elas apresentam, por exemplo: a desruralização e urbanização da sociedade; a criação de um exército de mão de obra efetivo e excedente de operários fabris assalariados descendentes dos antigos servos camponeses; a precarização extremada no mundo do trabalho; o aumento da densidade populacional das cidades; o inédito e grandioso desenvolvimento científico e tecnológico; o rápido transito de mercadorias e pessoas através de distâncias cada vez maiores; a grandiosa acumulação de riquezas da classe burguesa, detentora dos meios de produção (terras, fábricas e comércio) (HILTON *et al.*, 2004; HOBBSAWM, 2012). Tudo isso gerou o que Weber chamou de “desencantamento do mundo”, nas sociedades industriais, que tinham no racionalismo produtivo o seu modo de pensar a realidade, diferentemente da presença do pensamento mágico, ou encantado de outrora para explicar e pensar a natureza, a vida... (WEBER, 2003, p. 152).

Esse turbilhão de mudanças saltou aos olhos de muitos intelectuais no século XIX, como o trio componente da Sociologia clássica, Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-83), conduzindo-os a analisarem a sociedade

européia ocidental em busca de compreenderem o que se passava. Como já posto, as análises se deram influenciadas pelo método científico com o intuito de produzir um conhecimento legítimo, intelectualmente e socialmente superior. O método vinha se desenvolvendo desde o século XVI e conquistando espaço na luta pela autoridade de se determinar qual a verdade das coisas, em detrimento do discurso religioso cristão, principalmente das instituições como a poderosa Igreja Católica Apostólica Romana. Nesse sentido a obra do filósofo Augusto Comte “Curso de Filosofia Positiva” (1830) que propôs fundar uma “física social” é considerada um marco de origem da Sociologia, sendo antes dos clássicos e permitindo seu aparecimento (SCHEEFFER, 2009, p. 26).

DA SOCIOLOGIA CLÁSSICA

Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx formam a tríade da chamada Sociologia clássica, por serem considerados os principais entre os pioneiros desta ciência social, influenciando o pensamento sociológico até hoje. A seguir serão vistas algumas de suas principais ideias e metodologias desenvolvidas sob a influência sócio intelectual do método científico, elaboradas para compreender e explicar a sociedade mais adequadamente, como se exigiam os então novos tempos. Em sequência, são apontadas as influências filosóficas sobre os métodos científicos empregados pelos referidos pensadores.

ÉMILE DURKHEIM

O francês Émile Durkheim cria o conceito de “fato social”, a partir do qual desenvolve os demais princípios e métodos do seu pensamento sociológico. Por fato social, ele aponta: “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 13).

Pare Durkheim, a Sociologia deveria se debruçar sobre os fatos sociais, pois eles não somente fazem parte da sociedade, mas porque eles fazem e criam a própria

sociedade. Scheffer afirma que Durkheim entendia a sociedade como “um conjunto de normas de ação, pensamentos e sentimentos existentes, que são aceitos e, mais do que isso, devem ser seguidos por todos” (2009, p. 37) sendo assim

“os fatos sociais tem duas características fundamentais: são exteriores e coercitivos. Como assim? São exteriores porque são ideias, normas ou regras criadas pela coletividade e já existem fora de nós quando nascemos; e coercitivos, visto que essas ideias, normas e regras devem ser seguidas por todos. Os que desobedecem são punidos pelo resto do grupo.” (SCHEEFFER, 2009, p. 37).

Da ideia de fato social, se desenvolvem conceitos que possibilitam uma observação e explicação rigorosa da sociedade, tais como: consciência coletiva que se trata da “soma de crenças e sentimentos comuns à média dos membros da comunidade”; divisão do trabalho social que é a “especialização das funções entre os indivíduos de uma sociedade”; solidariedade mecânica e solidariedade orgânica que são respectivamente “a união das pessoas a partir de diversas semelhanças” e “a união das pessoas a partir da dependência que uma tem da outra” (DURKHEIM, 2007; SCHEEFFER, 2009, p. 39-40).

Nota-se em Durkheim um esforço intelectual em subordinar o estudo da sociedade à metodologia de pesquisa científica, seus princípios e procedimentos. Ao trazer a ideia de “fato social”, ele concebe um objeto de pesquisa genérico, que não depende das diferentes opiniões particulares. E, por ser genérico ou geral, deve dedutivamente influenciar as posturas dos indivíduos que compõem o grupo. O objeto pode ser analisado empiricamente, sendo a própria realidade cotidiana, além dos documentos sobre esta, a experiência observada para se produzir racionalmente conhecimentos gerais pelo método dedutivo. Também é necessária a busca pela imparcialidade do pesquisador diante do objeto estudado, pois por se tratar de pessoas, podem se relacionar intimamente com o cientista social, caracterizando um problema particular do objeto social (DURKHEIM, 2007, 15 – 48). Após Comte e sua “física social”, Durkheim estabelece de vez a Sociologia enquanto ciência social, alcançando aquele poder monopolizante de produção do conhecimento legítimo acerca da sociedade, sua dinâmica e funcionamento. Pelo crédito em sua maior confiabilidade.

MAX WEBER

Até pelo fato de ser o mais tardio dos sociólogos clássicos, o alemão Max Weber estrutura seu pensamento tendo a oportunidade de tecer críticas a algumas ideias de seus antecessores, diferenciando-se de Durkheim e Marx. Weber tem na “ação social” o conceito central de seu pensamento. Ele “propõe que, para decodificar o mundo social, devemos nos ater à ação dos seres humanos” (SCHEEFER, 2009, p. 52). A ação social seria a conduta humana, dos indivíduos, ou melhor, de cada um deles, dotada de sentido. A ação social não pode ser qualquer ação individual, mas aquela que estabelece comunicação com os demais seres (WEBER, 2003; SCHEEFER, 2009, p. 52).

Weber propõe a teoria sociológica compreensiva, ou interpretativa que “considera o indivíduo e seu ato como a unidade básica, como seu átomo (...). Nessa abordagem, o indivíduo é também o limite superior e o único portador de conduta significativa [...]” (WEBER, 1982, p. 74 *apud* SCHEEFER, 2009, p. 52). A abordagem compreensiva weberiana parte das ações dos indivíduos, buscando encontrar coincidências e padrões nestas ações, ou seja, se estas ações são praticadas costumeiramente por diferentes indivíduos. Assim sendo, percebe-se então, que eles possuem elementos unificadores para partilharem tais ações. As ações individuais em que se encontram padrões de repetição entre os diferentes seres sociais e que são compartilhadas e mutuamente se influenciam, estruturam os fenômenos sociais mais amplos, como os modos de organização e produção de uma sociedade, próximo do que Durkheim chamaria de “fato social”. Os motivos que geram as ações, as maneiras que são praticadas e suas consequências são alvo do estudo sociológico weberiano (WEBER, 2003).

Do conceito de “ação social”, deriva-se o de “relação social”, muito próximo do primeiro, em que a ação social refere-se a uma ação individual que espera e alcança resposta dos outros seres que se relacionam. Já na “relação social” as ações dos indivíduos tem um mesmo sentido, visam um mesmo fim, como por exemplo, numa sala de aula em que o aprendizado é buscado por todos os seus participantes, por meio das práticas cabíveis a cada um, seja do professor ou do aluno (WEBER, 2003; SHEEFER, 2009, p. 53).

Weber divide a “ação social” em quatro tipos: Ação tradicional, aquela determinada por um costume ou hábito arraigado; Ação afetiva, aquela determinada por afetos ou estados sentimentais; Ação racional com relação à valores, aquela determinada pela crença consciente num valor considerado importante; e Ação com relação a fins, aquela determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários (SCHEEFFER, 2009, p. 53). Weber ainda utiliza o instrumento analítico de “tipo ideal”, que nada mais é que exagerar determinada característica do elemento analisado para sua melhor compreensão. Ele apresenta as ideias de racionalismo da dominação do mundo e o desencantamento do mundo, que são consequências da passagem da vida influenciada grandemente pelo âmbito religioso rumo ao mundo capitalista essencialmente materialista, o que pode ser visto em *Religião e racionalidade econômica* (WEBER, 2003, p. 142 - 159). Ele ainda critica Durkheim e Marx por suas posturas de enxergarem uma lógica externa e coercitiva nas relações sociais, por buscarem leis universais que regeriam a sociedade, abordagem desconsiderada por Weber (SCHEEFFER, 2009).

Em relação ao conceito de “ação social” que analisa a sociedade indutivamente, o pensamento weberiano se aproxima ainda mais do método científico, observando vários exemplos particulares, individuais, e ao notar repetições, infere padrões que são considerados para todo o grupo. Weber não concebe uma ordem pré-estabelecida na sociedade, o que se aproximaria da metafísica, mas que as ações dos indivíduos geram a ordem social. Esse pensamento também demonstra o mergulho da Sociologia no materialismo (versão social do naturalismo das ciências naturais) comum ao espírito científico.

KARL MARX

O alemão Karl Marx é mais um filósofo da sociedade que um sociólogo, suas ideias foram e ainda são as mais conhecidas e influentes entre os integrantes do trio da Sociologia clássica. A essência de seu pensamento é o materialismo histórico desenvolvido junto a seu par intelectual Friedrich Engels (1820 - 95), posteriormente chamado materialismo histórico dialético. Trata-se de um princípio abrangente, uma maneira de ver o mundo (cosmovisão) que estrutura toda sua explicação de o que é a

sociedade, qual a verdade sobre esta e sobre toda a realidade em si. A verdade e a lógica da natureza, da realidade e do universo que são a mesma coisa (ALBUQUERQUE, 2018; ENGELS, 1979; GORENDER, 1998, p. 7 – 38; MARX, 2005).

O Materialismo Histórico parte de alguns princípios: O mundo físico é toda a realidade existente. Não existe nenhum princípio metafísico exterior nem anterior à natureza ou a realidade que a reja e a ordene. O trabalho, a ação modificadora da natureza visando determinado fim, é o fundador do ser homem, também que o homem só o é na interação com os outros, sendo primordialmente um ser social e do trabalho. A invenção da propriedade privada está na gênese das desigualdades entre os homens. A história é teleológica, tem um sentido, a humanidade caminha progressivamente rumo a seu ápice eticamente positivo: o Comunismo. (ALBUQUERQUE, 2018; ENGELS, 1979; GORENDER, 1998, p. 7 – 38; MARX, 2005).

O materialismo histórico possui consequências derivadas de seus princípios: A sociedade sempre foi constituída por duas classes antagônicas que se relacionam violentamente, uma composta por opressores e outra por oprimidos, “Até hoje a história de todas as sociedades é a história da luta de classes” (MARX, 2005). O que determina o poder de uma classe sobre outra, o que faz dela a classe opressora é possuir a propriedade privada dos meios de produção, isto destitui a outra classe (oprimidos) de poder, de direitos, de condições de desenvolvimento da dignidade da vida, sendo esses simplesmente proletários, ou seja, não possuindo nada além de sua prole. Todas as ideias como valores morais, religião e política são determinadas pelas relações sociais materiais, econômicas. Essas ideias são, essencialmente, criação da classe opressora para legitimar e perpetuar seu poder sobre a outra classe, cujos indivíduos, por meio dessas ideias políticas, religiosas e éticas permanecem inertes, alienados e acomodados a sua triste situação. Eles creem que “sempre foi assim”, ao invés de buscar as causas históricas e materiais visando uma mudança revolucionária em tal situação (ALBUQUERQUE, 2018; MARX, 1998, p. 5 – 54; 2005).

Marx lê a realidade social dividindo-a em infraestrutura e superestrutura em que a infraestrutura

“trata-se das forças de produção, compostas pelo conjunto formado pela matéria-prima, pelos meios de produção e pelos próprios trabalhadores (...). Trata-se da base econômica da sociedade, onde se dão, segundo Marx, as relações de trabalho, estas marcadas pela exploração da força de trabalho no interior do processo de acumulação capitalista (BODART, 2019).

A Superestrutura “é fruto de estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio. Trata-se da estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica (Estado, Religião, Artes, meios de comunicação, etc.) (BODART, 2019). Marx ainda produz diversos conceitos como práxis, a união entre teoria e prática, e mais-valia que ajuda a explicar outro conceito seu, o de acumulação, seja primitiva (pré-capitalista), ou capitalista (SCHEEFER, 2009).

Apesar de auto proclamar seu pensamento como científico, num momento em que isto já significava efetivamente o método científico elaborado no decurso da Modernidade, como se pode ver, Marx é o menos científico dos clássicos. Ainda submerso na metafísica filosofia hegeliana, sua crítica é pesada, atacando justamente o caráter metafísico do idealismo alemão. Marx desenvolve sua ideia a partir da realidade material, física, porém não se desvencilha da ideia de ordem universal, de um sentido, elementos próprios da metafísica, da busca de sentido, não comente o como funciona, mas o porquê e para que. Por meio de uma ordem criada após a matéria, ele critica a ordem anterior a esta, sem satisfazer como há uma ordem posterior a matéria; como o irracional gera o racional, ou como pode ser o racional sem a ideia. Diferentemente da ciência (ou como esta deveria ser), Marx é dogmático por não aceitar a submissão de suas ideias ao exame da falseabilidade científica, ao teste de validade ou não de suas hipóteses. Também por traçar o futuro das sociedades, o Comunismo, como naturalmente certo. Seu pensamento ainda é teleológico, dotado de sentido, uma característica metafísica (ALBUQUERQUE, 2018; MARX, 1998, p. 87 – 98; 2005; 2008, p. 103 - 114).

Karl Marx é científico no ponto em que propõe uma explicação da realidade social por meio do estudo rigoroso da história. Pela análise crítica dos documentos, examinando as características econômicas, políticas e sociais ao longo dos diferentes períodos históricos, traçando então aspectos semelhantes entre as sociedades. É científico pelo desenvolvimento da observação metódica da sociedade, observando além das

relações mais amplas e distantes, também as causais e imediatas. Marx desenvolve observações e formulações genéricas e dedutivas, explicando a realidade de modo abrangente e relacional. Seu modelo de materialismo é uma grande herança para a posteridade das ciências sociais, sendo o princípio epistêmico mais influente sobre todas as áreas dessas disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método científico é fruto da preocupação da Filosofia com a busca pela verdade, do desenvolvimento ao longo da Modernidade da produção do meio mais confiável para alcançá-la. Eis uma importância do método científico na sociedade contemporânea: a busca pela segurança e confiabilidade na produção de conhecimentos. O método científico, substância da moderna Ciência é na realidade um conjunto de princípios, métodos, também uma cosmovisão, uma estrutura coletiva de pensamentos que compõe a mentalidade da sociedade ocidental até hoje. Quanto aos princípios metódicos, o que interessa neste artigo, podemos elencar o naturalismo, racionalismo, empirismo, indutivismo e o pensamento anti-metafísico, como alguns dos componentes essenciais que identificam a Ciência Moderna. A lenta composição do método científico contou com a colaboração direta ou indireta de uma infinidade de filósofos, como Aquino, Descartes, Hobbes, Locke, Bacon e Kant. Esses foram selecionados didaticamente como representantes de momentos importantes nesse desenvolvimento, consciente das limitações características deste tipo de produção.

A Sociologia analisa a sociedade para entender sua dinâmica e funcionamento permeados de problemas. A disciplina, enquanto ciência social, emerge embasada no método científico para produzir conhecimentos tidos por mais seguros e confiáveis que os do senso comum. Nesse espírito, intelectuais do século XIX pensaram a sociedade sob influência dos princípios científicos. Três notáveis entre os primeiros pensadores da sociedade a fazê-lo foram Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. O conjunto de suas obras ficou conhecido posteriormente como Sociologia clássica. Nelas se percebe a influência científica sob várias formas que direcionaram o modo de pensar desses clássicos. Por exemplo: Marx, tinha no materialismo a base de seu pensamento e na

observação analítica da história das sociedades seu princípio metódico. Durkheim ansiava por um saber objetivo da sociedade, fruto de racionalismo, utilizava o pensamento dedutivo na busca pelas características generalizadas da sociedade, também utilizando a observação metódica. Weber, analisando metodicamente a sociedade, a partir da ação social, desenvolve conclusões por meio do pensamento indutivo, estando também mergulhado no espírito anti-metafísico, na necessidade de explicação materiais para as causas das relações sociais, semelhantemente ao naturalismo, a busca por causas “mecânicas” ou imediatas próprias das ciências naturais.

Diante de tudo o que foi trazido, tem-se que a Filosofia Moderna desenvolve o método científico. Tem-se que a Sociologia, sendo apresentada a clássica, nasce ancorada em tal método. Logo, verifica-se que a Sociologia é influenciada pela Filosofia Moderna, por meio da formulação do método científico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rosmane. 2018. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: uma análise crítica ao materialismo de Marx enquanto tentativa de superação da lógica dialética hegeliana. Monografia de graduação em História, Universidade Federal de Alagoas.

DESCARTES, Rene. 1979. **Discurso do método**: para bem conduzir a própria razão e buscar a verdade nas ciências. Tradução de Jacob Ginzburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultura.

BODART, Cristiano. 2019. **Infraestrutura e superestrutura em Marx**. Blog Café com Sociologia, 2016. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/infraestrutura-e-superestrutura-em-marx-2/>>. Acessado em 06 de mar.

DURKHEIM, Émile. 2007. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes.

ELIAS, Norbert. 2008. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70.

HLILTON, Rodney *et al.* 2004. **A Transição do feudalismo para o Capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. São Paulo: Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric. 2012. **Era das Revoluções 1798 – 1848**. Tradução de Maria Tereza Teixeira. São Paulo: Paz & Terra.

HUGO, Victor. 2014. **Os Miseráveis**. Tradução e adaptação de Silvana Salerno. São Paulo: Seguinte.

JÚNIOR, Luís Guimarães. Londres. 2010. *In*: **Sonetos e Rimas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

KANT, Immanuel. 2001. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KRAEMER, Celso; STAMM, Melissa Probst. 2009. **Temas e Teorias da Filosofia**. Indaial: Grupo UNIASSELVI.

LAGO, Ivann; OLIVEIRA, Ana. 2010. **Metodologia do Ensino de Sociologia**. Indaial: Grupo UNIASSELVI.

MAKSENAS, Paulo. 2009. **Subsídios para Sociologia Geral**. São Paulo: MEC/PUC-SP.

MARX, Karl. 2015. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2008. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. 1998. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes.



THE PEOPLES'S PREACHER. 2020. Produção de Crawford Telfer. Tradução de Fernando. UK: Christian Television Association, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s2EjX2ns4Ik>>. Acessado em 24 de fev.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. 2003. **História da Filosofia**: Filosofia pagã antiga. V. 1 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.

_____. 2003. **História da Filosofia**: Patrística e Escolástica. V. 2 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.

_____. 2004. **História da Filosofia**: Do Humanismo a Descartes. V. 3 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.

_____. 2005. **História da Filosofia**: De Spinoza a Kant. V. 4 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus,

ROSSI, Paolo. 1992. **A ciência e a filosofia dos modernos**: aspectos da Revolução Científica. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

SCHEEFER, Fernando. 2009. **Temas e Teorias da Sociologia**. Indaial: Grupo UNIASSELVI.

WEBER, Max. 2003. **Sociologia**. Organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática.